

## Entrevista a José Veiga Simão - parte II

por Teresa Peña, Conceição Abreu e Gonçalo Figueira (fotografias)

Neste número publicamos a 2ª parte da entrevista a José Veiga Simão, cobrindo o período desde 1970 até à actualidade. Neste intervalo, em que Portugal conheceu alguns dos anos mais turbulentos da sua história recente, Veiga Simão desempenhou cargos ministeriais no Governo Português, antes e depois de 1974. Aqui fala-nos dessa experiência, da sua visão sobre aspectos como o ensino, a investigação, a indústria e a economia, e de como a sua formação como físico contribui para essa visão.

### Parte III – Lisboa

Em 1970 aceitou ser Ministro da Educação Nacional, apesar de na altura ser considerado um liberal e Portugal viver um governo de ditadura.

É conhecido que a “primavera marcelista” representou para muitos, e também para mim, uma oportunidade singular da evolução do regime. Essa evolução, como referi em discursos e entrevistas públicas, tinha um nome: Democracia. Este posicionamento determinou aliás a colaboração de diversas personalidades de que destaco os deputados da ala liberal como Sá Carneiro, Miller Guerra, Pinto Machado, Francisco Balsemão, Magalhães Mota, Correia da Cunha... O mesmo aconteceu com outras personalidades que foram membros do governo, designadamente secretários de Estado e altos funcionários de vários ministérios como foi caso da Educação Nacional. Recordo que muitos deles foram ministros e secretários de Estado da III República, após Abril.

Aceitei o exercício do cargo com o firme propósito de proceder a uma Reforma da Educação, a qual tinha por lema “Uma pessoa mais culta é uma pessoa mais livre” e que obedecia a uma estratégia definida já em 1910 pelo filósofo e matemático Whitehead: *Uma Nação que não cultiva a inteligência está perdida...*

Como professor e investigador, influenciado pela cultura democrática anglo-saxónica e consciente dos atrasos que caracterizavam os nossos universos educativo e científico, consciente de que a guerra no Ultramar, após a defesa legítima das populações, devia evoluir para uma solução política de que a federação de Estados com larga autonomia era um primeiro passo, entendi, também, que podia dar a minha contribuição para a evolução de um regime que já não se auto-qualificava de Estado Novo mas de Estado Social.

Estas ideias não são expressas agora em 2012, elas constam dos meus discursos como Ministro, publicados entre 1972 e 1974 nos livros “Educação... Caminhos da Liberdade”; “Democratização da Educação-Sonho de Ontem,



Lei de Hoje, Força do Amanhã” e “Meu Povo, Meu Pensamento”. Aliás Sá Carneiro em textos publicados em 24 de Março de 1973 fez o seguinte comentário: “A julgar pelo que os jornais publicaram do discurso proferido em Bragança, no passado dia 17, a democratização do ensino foi integrada por Veiga Simão na questão da democratização social, económica e política. É que não se trata apenas de estabelecer entre os portugueses a igualdade quanto à instrução: trata-se sim de democratizar pelo ensino.” E continua: “afirmou-o o ministro, segundo os jornais noticiaram nos seguintes termos: direito à

educação, igualdade de oportunidades para o pobre e para o rico, direito à saúde, direito à liberdade, direito ao salário que permite viver com dignidade; amor à Pátria e ao trabalho deveres para os que nos rodeiam, criando para eles e para nós uma comunidade onde impera a justiça e, onde, através da educação se construa uma sociedade democrática.”

Este foi o meu pensamento como Ministro da Educação Nacional, esta foi a razão para o exercício de cargo.

A evolução não foi como eu pretendi, o 25 de Abril interpretado pelos militares nas circunstâncias que se conhecem, abriu uma nova era... Confesso porém que passados 38 anos, em 2012, a *Democracia que continuamos a desejar, apesar de inegáveis progressos, continua por cumprir. Está doente e a ser tratada ao pormenor por doutores estrangeiros.*



Na Emissora Nacional em 1971 (Reforma Educativa) (cortesia de J. Veiga Simão).

Um dos seus grandes legados foi a reforma educativa, que marcou para sempre o país. Como é que pensou essa reforma?

A Reforma da Educação foi impulsionada pelo meu percurso de vida e permaneceu sempre *em nós do fio da minha memória*. A vivência da sociedade inglesa e a convivência com outras sociedades democráticas apontavam para responsabilidades como cidadão perante a “inteligência congelada nos ribeiros do interior” no dizer de Aquilino Ribeiro – a quem prestei homenagem nas terras do Demo, dando o seu nome a uma Escola perante a estupefacção e as objecções de muitos. As responsabilidades eram ainda crescentes perante a “inteligência aprisionada nas savanas ou em bairros de lata nos subúrbios das cidades”.

A Reforma da Educação de 1970 honrou, ainda, os ideais da I República, de acordo com os quais *um homem vale pela educação*. Foi, por isso, que perante a falta, ao tempo, de normas constitucionais, o direito à educação, a igualdade de oportunidade e o acesso pelo mérito foram consagrados na primeira Lei de Bases do Sistema Educativo do nosso País. A Reforma expandiu e diversificou a educação; retomou da I República a institucionalização da

educação pré-escolar; conferiu “igualdade social” mantendo e modernizando a “diversidade curricular” entre o ensino liceal e o ensino técnico-profissional; expandiu e diversificou o ensino superior com a criação de novas universidades, de institutos politécnicos e de escolas normais superiores, designação destas a homenagear a I República.

Tenho pena de que nos primeiros anos pós-Abril a Educação se tivesse transformado num laboratório de experiências ideológicas onde uma osmose perversa entre progressistas e reaccionários determinou um atraso que só foi parcialmente recuperado com a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986.

A sua concretização seguiu o sonho inicial, ou antes, ficou aquém ou além desse sonho?

Os sonhos que alimentam a vida nunca se concretizam na totalidade. A Reforma, como disse, resultou de uma observação e vivência de terras e de pessoas em lugares muito diferentes, nunca tendo esquecido os “sabores do granito”. Este sabor do granito colhido na cidade da Guarda e na aldeia de Prados da Serra, aldeia de meus pais, temperado na Lusa Atenas com a camaradagem académica, assentou numa base inigualável: o desígnio dos meus pais em educar os filhos. Esse desígnio foi sublimado na “velha e sempre nova Democracia inglesa” através de cultura que me foi transmitida na Universidade de Cambridge, onde tive oportunidade de recolher não só ensinamentos académicos mas também os aprendidos em convivência impar com o carácter britânico enriquecido pela luta contra o monstro nazi e a que se juntou, por mero acaso, o conhecimento da tragédia do povo polaco, um povo em sofrimento às mãos dos campos de concentração alemães e soviéticos... É que famílias inglesas e polacas foram meus senhorios.

Mas, acima de tudo, em Inglaterra reforcei a ideia de que a construção de um País deve assentar numa estratégia da educação e formação e num serviço nacional de saúde, modeladamente organizado, de que eu e a Madalena beneficiámos. É que em Inglaterra nasceu a nossa primeira filha, Luísa.

Por outro lado, mais tarde o exemplo dos portugueses que combatiam e dos que trabalhavam em Moçambique, as aspirações legítimas da população no desejo de progresso deram origem a que sonhasse com um projecto para o meu País, a que fui sempre fiel, com independência de pensamento: o direito à felicidade que passa pela educação. Afinal acabei apenas por ir ao encontro da herança que os meus pais me legaram.

Numa análise sumária posso dizer, em concreto, que a Reforma Educativa programada para uma década teve quatro anos de vida em continuidade, sendo executada em cerca de 50%, conforme se pode concluir de uma análise rigorosa dos resultados obtidos. Muitos objectivos foram retomados mais tarde, mas muito tempo se perdeu. Aliás uma leitura do IV Plano de Fomento (1974 a 1979) consubstancia este meu pensamento.

Em particular tenho pena, por exemplo, de que ainda hoje não tenhamos *um canal de TV só para a qualificação dos*

portugueses, conforme estava previsto, com verbas atribuídas e que se perderam em investimentos irrecuperáveis derivados de os governantes não terem dado conta das consequências do primeiro choque petrolífero de 1973... A verdade é que ao longo dos tempos os governos raramente tiveram consciência da verdadeira utilidade e rentabilidade dos investimentos públicos. Infelizmente os erros têm-se repetido, digo melhor, agravado pelo que, hoje, uma troika obrigou-nos a ler e a assinar um *memorandum* a que não pudemos fugir... Não vivemos em País exíguo mas sim em Democracia exígua.



Em 1973, a condecorar o Ministro da Educação Francês, Joseph Fontanet em 1973 (cortesia de J. Veiga Simão).

### Foi necessário e difícil “contornar” a ideologia do regime?

A estratégia por mim adoptada, correspondendo às condições colocadas para aceitação do lugar, foi o de com clareza privilegiar a *evolução contra a continuidade*. Este posicionamento tem factos simbólicos que o definem. Permito-me citar um ou outro. Numa reunião de professores no Algarve, quando um amigo meu de Coimbra da oposição ao regime me interpelou dizendo: “Oh Zé, sabes que eu sou da oposição mas estou contigo na Reforma”; eu respondi-lhe: “Caro Campos Coroa (era médico escolar) a Reforma está aberta a todos os portugueses qualquer que seja a sua ideologia política”. A carta que recebi de Marcello Caetano nessa altura revela as pressões conservadoras a que estava sujeito.

Menciono também um artigo do *Manchester Guardian* de 1 de Março de 1974 intitulado: “Educação que coloca a autocracia em risco: um plano revolucionário”. Nessa entrevista foi-me perguntado o que pretendia com a democratização do ensino e a criação de novas universidades e o que pretenderiam os seus diplomados. James MacManus, o jornalista relata: “O Ministro respondeu numa palavra: Democracia”. As críticas foram muitas.

Permito-me, por último, mencionar que em Conselho de Ministros quando foi discutido o decreto-lei da expansão e diversificação do ensino superior, um dos meus colegas criticou-me dizendo que o que eu pretendia era espalhar

a subversão pelo País... Por seu lado outro colega, aliás professor universitário, comentou que eu estava desactualizado porquanto a política europeia, designadamente em países como a Inglaterra e a França, após Maio de 1968, estavam a retroceder na política educativa e eu pretendia exactamente o contrário...

Acresce que a minha postura frontal de não aceitar os “carimbos vermelhos da PIDE” que impediam contratar professores e funcionários, ao exigir de que me tinham de “explicar os crimes que tinham cometido” e que não aceitava “razões de pensamento político” mas só “condenações em tribunal comum”, deu origem a pressões e polémicas enormes. Marcello Caetano dava-me conselhos de prudência, escrevia-me cartas mas acabava por aceitar as minhas posições. Foram centenas os que beneficiaram desta minha atitude. Não me devem nada; eu apenas cumpro o dever para comigo.

São conhecidos também, por se terem tornado públicas, as minhas divergências com o Ministério do Interior, mas esses problemas tem “faces diferentes” pois os intérpretes de acontecimentos ligados a crises académicas uns defendiam a liberdade e a democracia, mas outros eram militantes de outras ditaduras ou da anarquia... A guerra do Ultramar acabou por dar origem a episódios que me ultrapassaram. O Gabinete do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Costa Gomes, transmitia-me pessoalmente e por documentos preocupações legítimas na defesa da honorabilidade dos soldados portugueses.



### Em que é que o seu doutoramento em física determinou o espírito dessa reforma?

É uma questão interessante que se pode encarar por diversos ângulos. Dando asas ao pensamento direi que a Física está muito próxima da Filosofia. Não é por acaso que em 1958, logo após os meus dois doutoramentos, um em Cambridge e outro em Coimbra, escrevi um artigo na Revista *Humanitas*, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, intitulado “A Física Atómica e os Gregos”. Entre

outros aspectos nele salientava que “pensadores notáveis como Sir James Jeans, Bertrand Russell e Anton von Mörl nos seus livros famosos “Growth of Physical Science”, “History of Western Philosophy” e “The Birth of Science”, respectivamente, atribuíram papel de extraordinário relevo à influência clássica no pensamento científico ao longo dos tempos.

No caso português era e é notória a falta de formação científica da maioria dos políticos portugueses, mesmo em assuntos de cultura geral de base, como por exemplo os relacionados com a origem da vida, a estrutura da matéria, a origem do Universo, a entropia e a morte do Universo, as leis da Natureza e a sua capacidade de regeneração, a lógica de três valores, a energia e os limites do desenvolvimento, as fragilidades e as potencialidades da Economia como Ciência, o significado do princípio da incerteza de Heisenberg, a cultura da qualidade e a sua mensurabilidade. Para muitos a cultura literária historiográfica e jurídica são mais do que suficientes. A verdade é que o segredo está no equilíbrio criativo entre a cultura científica e a cultura humanística. Infelizmente, o desequilíbrio entre estes tipos de formação agravou-se nos últimos trinta anos. É penoso verificar que os debates em momentos de crise, interpretados por políticos actuais e por comentadores, designados por politólogos, mas na sua maioria *tudólogos* (sabem tudo sobre *fait divers*), emitem sentenças sobre factos políticos e sobre actos praticados por artistas do futebol.

Em síntese, tudo isto serve para revelar que a cultura da Física que me foi transmitida quer pela Escola de Ciência de Cambridge (Cavendish Laboratory) quer pela Escola de Ciência de Coimbra (Laboratórios de Física e Química), me ensinou quão útil era aprender com o passado e saber correr riscos na construção do futuro, para o que era essencial formar equipas com a ambição. O lema era fazer melhor aproveitando o que de bom tenha sido feito e que os passos seguros deviam ser dados recolhendo lições da experiência. Este posicionamento é hoje contrariado pela emergência de uma “partidocracia” que privilegia “motivações individualistas”. Daí que todos queiram começar a construir “mundos novos”, donde tem resultado a destruição progressiva de tudo o que possa representar o “Estado inteligente”. É o caso dos gabinetes de estudo e planeamento, dos laboratórios de Estado, do nível de qualidade da maioria dos directores gerais, presidentes e conselhos de administração de organismos da administração indirecta e autónoma do Estado e das empresas públicas.

A situação resultante recorda-me a explicação que, por falta de conhecimento, era dada ao fenómeno da ionização na química: “os iões passam uns pelos outros como os dançarinos pelas dançarinas nas danças antigas chamadas quadrigas ou *grand-chain*”. E assim é hoje nas trocas de lugares, pois

que o negócio comanda a política e os políticos já falam do seu valor no mercado.

A consequência trágica é que este “clima de governação” desconhece as lições que a teoria da relatividade traz para o sucesso de qualquer modelo de desenvolvimento. É patente a ignorância de que a civilidade deixou de ser bidimensional ou mesmo tridimensional para ser quadridimensional, integrando o factor tempo. Ainda não se compreendeu que quem não faz as coisas a tempo está perdido.

#### Como resumiria para um jovem de hoje o melhor do seu trabalho como Ministro da Educação Nacional?

Rómulo de Carvalho, Gedeão, no seu excelente livro sobre a “História da Educação em Portugal” escreveu uma síntese sobre a Reforma Educativa que, como sempre saliento, tive a honra de protagonizar com uma equipa de eleição. É dele o poema onde se diz que “o sonho comanda a vida”. Os textos dos meus livros anteriormente referidos traduzem não só o sonho de que um “Homem mais culto é um Homem mais livre” mas também a constatação de que a maior vitória dessa cruzada foi a de ter despertado a consciência de todos os portugueses para o *direito à educação*. Foi o que transmiti a Marcello Caetano na sua visita ao Ministro da Educação Nacional em Fevereiro de 1974.

É por esse direito na sua plenitude, consagrado constitucionalmente, que com civismo os estudantes de hoje devem lutar sem tréguas. Não resisto a mencionar estas palavras transcritas em entrevista a Joaquim Letria ditas em Londres, aquando da minha visita de Estado a convite de Margareth Thatcher, Ministra da Educação de Edward Heath (e que foram reproduzidos no *Expresso* e no *Diário de Lisboa*): “quando se contestam as estruturas para uma melhoria do ensino, sou pela contestação estudantil”. E não resisto a citar Antero Quental: “o nome da mudança é revolução: revolução não quer dizer guerra mas sim paz; não quer dizer licença, mas sim ordem; ordem verdadeira pela verdadeira liberdade”. É que só o trabalho livre é fecundo; e o jovem deve ter direito à educação e ao trabalho. A responsabilidade é de todos nós.



Em 1974, entregando as credenciais de embaixador de Portugal na ONU ao secretário-geral Kurt Waldheim (cortesia de J. Veiga Simão).

Tem acompanhado a evolução, dos tempos da sua reforma até aos dias de hoje, do ensino da ciência no ensino secundário?

São passados quase quarenta anos sobre a Reforma Educativa que, ao contrário do que alguns pensam, começou logo a 15 de Janeiro de 1970. A estratégia na altura prosseguida foi a de que a promulgação da Lei de Bases do Sistema Educativo coroava legislação, medidas e acções reformistas, abrangendo todo o sistema educativo. A Lei consagrou como referi o direito à educação, a igualdade de oportunidades, o acesso pelo mérito e o amor à Pátria. O parecer da Câmara Corporativa elaborado no início de 1973 afirmava que a Lei de Bases em discussão já estava em grande parte implementada por decretos-leis, portarias, despachos e experiências pedagógicas...

O IV Plano de Fomento, a vigorar entre 1974 e 1979, equacionava a maioria das restantes medidas e continha as dotações necessárias para prosseguimento da Reforma. Essas verbas seriam complementadas por orçamentos de funcionamento a aprovar anualmente entre 1975 e 1979. A evolução crescente em meios financeiros entre 1970 e 1974 foi significativa.

Após Abril, durante o PREC, a Educação foi um laboratório onde se ensaiaram projectos e decisões oscilando entre a utopia e o mais puro reaccionarismo educativo. Sottomayor Cardia, com quem criei grande amizade pessoal, exerceu com coragem um ministério que, dentro do possível, paralisou a “anarquia” e reduziu o “facilitismo levado ao paroxismo”... Nada pôde fazer para evitar a extinção das escolas técnico-profissionais resultante da “unificação do ensino secundário”, iniciado pelo IV Governo Provisório. As consequências ainda hoje se fazem sentir. Alguns dos defensores dessa unificação vieram a confessar a perversidade da medida que prejudicou os que pretendiam beneficiar. Assim se expressou o meu amigo professor Sedas Nunes em entrevista ao *Expresso*, confessando honestamente o erro cometido.

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 recuperou ideias e valores da Lei de Bases de 1973, mas perdeu o rasgo, porquanto não se deu conta de que estando os direitos fundamentais consagrados na Constituição Política, não devia restringir-se a ordenar, a regulamentar e a propor uma panóplia de decretos-leis e outra legislação, grande parte da qual nunca foi publicada. Antes devia colocar-se na vanguarda do pensamento, designadamente no culto da civilidade, da consciência da terra, do novo crescimento, da arte e o desenvolvimento e do imperativo da cultura. No entanto a utilidade da Lei foi evidente.

A urgência actual em introduzir alterações curriculares e na aprendizagem para o cumprimento de uma escolaridade obrigatória de doze anos determina caminhos novos, muitos por descobrir. O cumprimento dessa escolaridade e o significado da sua gratuitidade têm de ser debatidos a nível nacional. Estão em causa as missões e funções do Estado e da sociedade civil. Se meditarmos um pouco verificamos também que a expansão educativa se desenvolveu num percurso em que se questiona em todos os graus de ensino

o equilíbrio do binómio qualidade-quantidade. Não é aqui altura para aprofundar esta questão. Direi apenas que a evolução demográfica veio determinar uma nova concepção da rede escolar, e que não pode ser impulsionadora da desertificação do interior. Falta uma visão estratégica para o desenvolvimento do País. A tudo isto acresce a necessidade de desenvolver novos modelos de formação de professores aproximando a sua cultura dos saberes de novas gerações que são colhidos fora da escola.

De qualquer modo, os desafios educativos desta segunda década do terceiro milénio em que o “alimento” do desenvolvimento é o “conhecimento” torna urgente perspectivar a capacidade de transformação desse conhecimento em bens e serviços económicos e culturais. É a era do empreendedoris-



mo de base científica. Esse desígnio nacional exige na Escola uma “cultura e observação científica” em estado de “novação”.

Em particular, ao entrarmos na análise das inúmeras alterações curriculares no ensino básico e secundário não posso deixar de mencionar que a Física, a Química e as Ciências Naturais foram em regra ostracizadas, em múltiplas medidas pseudo-reformistas. O ensino experimental tem sido sinónimo de lacuna grave. O ensino profissional introduzido em escolas secundárias polivalentes privilegiou em demasia cursos dirigidos a serviços de proximidade, mas tolhidos nas bases científicas. Com alguma utilidade imediata não asseguram o futuro da sociedade do conhecimento.

Tudo isto é verdade, mas de qualquer modo é justo referir que no universo educativo português existem nichos de excelências em todos os graus de ensino como nunca houve. Falta vencer o hiato referido entre a criação do conhecimento e a sua transformação em bens económicos e culturais. Mas cautela, o empreendedorismo daí derivado precisa de base científica, pois de outro modo seria o triunfo da mediocridade e dos bens efémeros.

Uma observação final: perante a dimensão do desafio apontado há uma medida imediata com efeitos a longo prazo: tornar obrigatória e gratuita a educação pré-escolar dos 3 aos 5 anos e dar apoio atempado às crianças de famílias sem rendimentos na alimentação, no acesso a equipamentos educativos e no transporte escolar.

#### A que se deveu, e como se materializou, o empenho do seu ministério na investigação científica?

A investigação científica constituía uma das prioridades da Reforma Educativa, abrangendo todos os níveis de ensino. Aliás, a investigação científica e a cultura, foram objecto de legislação estruturante, incentivadora e inovadora. A formação qualificada de docentes, investigadores, com base no doutoramento, era essencial para a dinamização de equipas de investigação pura e aplicada. Naturalmente a maior incidência era no âmbito do ensino superior. Por isso as dotações atribuídas para a qualificação de jovens nas melhores universidades e centros de investigação do mundo, designadamente da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América, constituem um marco singular da Reforma Educativa. Orgulho-me, também, da plêiade ilustre de professores e personalidades da vida científica e cultural que constituíram os conselhos para as políticas científicas e cultural, os quais se reuniram periodicamente comigo.

Por outro lado a simples consulta às listas de bolsheiros do Instituto de Alta Cultura e das próprias Universidades que no período de 1970-1974 obtiveram o doutoramento fala por si. No caso da Física,

as doutoras Conceição Abreu e Teresa Peña conhecem tão bem como eu vários professores que se doutoraram nessa altura com bolsas do Instituto de Alta Cultura, mantendo os seus lugares nas universidades.

Registe-se que a equivalência dos doutoramentos no estrangeiro que teve lugar nesse período foi uma onda de modernidade de que muito beneficiaram as Universidades e outras instituições como os Laboratórios de Estado. Os obstáculos criados à concretização dessa equivalência merecem ser analisados para compreender melhor o ambiente universitário dominante, designadamente nalgumas Faculdades e que explicam algumas razões para os nossos atrasos. É justo acrescentar que para além das bolsas concedidas no âmbito do Ministério da Educação Nacional outras instituições se associaram a essa verdadeira cruzada, mercê de uma política de cooperação criativa, designadamente com a Fundação Calouste Gulbenkian. O entendimento entre o Ministro e os meus queridos amigos Doutor Azeredo Perdigão e Dr. Sá Machado foi decisivo e traduzido em preciosos documentos. Essa colaboração fortaleceu-se não só nos apoios concertados a bolsheiros em relação a vários domínios científicos e culturais, mas também na área dos equipamentos dos centros de investigação. Ao mesmo tempo o Ministério beneficiou de apoios significativos da OCDE e dos governos dos Estados Unidos, Inglaterra e França através de organizações existentes no nosso País e directamente com instituições científicas desses Países e dos próprios governos, como resultado do apoio que os Ministros devam à “democratização pela educação” em Portugal.

Não cabe aqui pormenorizar os projectos de investigação científica que foram lançados em ligação ao Instituto de Alta Cultura e à Comissão de Estudos da Energia Nuclear e, bem assim, a instituições autónomas como o Instituto de Física e Matemática, o Complexo Interdisciplinar em que cooperavam várias universidades e localizado no campus do Instituto Superior Técnico e o embrionário Instituto de Altas Partículas, interligado ao IN2P3 de França e à sua inserção na rede do CERN.

Foi pena o que aconteceu após o 25 de Abril, sob a égide da “investigação ligada às massas”, dos órgãos de gestão radicalmente politizado. Com esta orientação vários investigadores estrangeiros, designadamente franceses e ingleses tiveram de abandonar o País.

#### O que pensa dos sistemas de ensino de vários países e dos exames?

É redutor verificar como políticos, educadores e comentadores circunscrevem a questão de exames a comparações entre o “antigo regime ditatorial”, e o “regime democrático”. A verdade é que o período de 1926 a 1974 é muito heterogéneo, sendo necessário caracterizar com rigor o Estado Novo de Salazar com *nuances educativas visíveis* e o Estado Social de Marcello Caetano. Por sua vez, o período de 1974 a 2012 é também heterogéneo, abrangendo o PREC, os cinco governos provisórios, os períodos dos governos constitucionais, tutelados pelo Conselho de Revolução e a Democracia plena de 1982 até 2012. Infelizmente, por

causas de desvarios dos governantes desde meados de 2011 vivemos um período em que a soberania nacional foi aprisionada, muito para além das obrigações de tratados internacionais, por uma entidade abreviadamente designada por Troika – Comissão Europeia, Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. Essa entidade impõe medidas na Educação, ou seja, o *memorandum* das condicionantes que foram impostas aos portugueses para se evitar a falência do Estado, condiciona a política educativa.

Pela minha parte continuo a pensar que os sistemas de ensino inspirados em modelos descentralizados anglo-saxónicos têm mais virtualidades dos que os modelos centralizados de inspiração napoleónica-latina. Portugal pela sua dimensão podia ter desenvolvido um sistema de ensino equilibrado entre o Estado e a Sociedade Civil. Só que os políticos têm destruído as instituições de um Estado inteligente e a Sociedade Civil vive em demasia da subsidio-dependência do Estado.

Sobre os exames faz bem ter memória. Por mim nunca esqueço os propósitos e as realizações da I República que não restringiu a questão dos exames a uma polémica ideológica. Por outro lado seria salutar proceder a análises comparativas rigorosas com países mais desenvolvidos do mundo englobando as experiências das mais velhas democracias ocidentais e das mais novas dos Países do Leste. E observar os sucessos e insucessos nesses países. Devo confessar que o acompanhamento que fiz de análises comparativas, na qualidade de *Research Fellow* do Institute for Social and Policies Studies da Universidade de Yale e a minha participação no *Steering Committee* do “Legislative Reform Program” do Conselho da Europa me permitiu aprofundar diversos aspectos estruturantes dos diversos sistemas de ensino. Entre eles cito o equilíbrio da formação humanística e da formação técnica ao longo dos percursos escolares a diversos níveis, a avaliação rigorosa de conhecimentos como instrumento de igualdade de oportunidades, a eliminação de facilitismos degradantes através de estruturas de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem, a actualização, a formação de professores e os graus de autonomia na “diversidade” de escolas. No caso das estruturas de apoio são essenciais as equipas de psicólogos,



Acompanhando o presidente da República, Ramalho Eanes, na inauguração das instalações do LNETI, em 1980 (cortesia de J. Veiga Simão).

sociólogos, a adopção de metodologias de aprendizagem diferenciados, o fortalecimento de ensino experimental, a associação do ensino as actividades criativas; fomentando iniciativas individuais enriquecedoras na realização de objectivos concretos. Uma coisa é certa: as “passagens formais” por razões de “engenharia estatística” associados a “concepções de traumas psicológicos” não contribuem para o desenvolvimento das faculdades potenciais dos jovens e lança-os no universo do desemprego. A Escola não pode renegar o mérito e a sua avaliação interna e externa. O envolvimento das comunidades é decisivo.

**Em 1983 assumiu a pasta de Ministro da Indústria e Energia. Antes disso desenvolveu várias actividades e continua hoje muito activo. Tem integrado muitas comissões, grupos de trabalho e está a dar o seu contributo na Associação Industrial Portuguesa.**

Após Abril de 1974, a convite do Presidente da República General António Spínola, aceitei ser nomeado embaixador de Portugal nas Nações Unidas, cargo que desempenhei entre Maio de 1974 e Junho de 1975. Foi uma experiência inolvidável. Nesta entrevista permito-me recordar que a residência oficial do embaixador, onde vivia, era no célebre Dakota Building, em 1 West 72<sup>th</sup> Street, onde residiam Lauren Bacall, Rex Harrison e John Lennon, a qual foi palco de reuniões magníficas e úteis com embaixadores e governantes dos países pertencentes a todos os grupos políticos representados na ONU. Foi o caso do Grupo onde se insere Portugal, o da Europa Ocidental, Estados Unidos da América e Canadá; foi o caso de grupos do designado Terceiro Mundo, dos países da órbita da União Soviética, dos Países Árabes, da União Africana... A Assembleia Geral das Nações Unidas que decorreu de Setembro a Dezembro de 1974, as reuniões com o Comité dos Vinte e Quatro relativo à descolonização, a minha proposta para uma descolonização que não conduzisse à tragédia da fuga dos portugueses, impropriamente designados por retornados, a eliminação do incidente de Wiriamu da agenda como caso lamentável da Guerra do Ultramar em prol da defesa da honra do “soldado português”, o meu discurso no 38º aniversário da criação das Nações Unidas são episódios, entre muitos outros, que marcam esse período a minha vida.

A onda de saneamentos políticos atingiu-me sem nunca ter sido ouvido, mas os três anos que como exilado permaneci nos EUA possibilitaram-me experiências inesquecíveis na Universidade de Yale, no Lesley College, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), na Portuguese Heritage Foundation e em projectos académicos de parceria com professores de outras instituições universitárias de New England. Embora tivesse sido readmitido na cátedra de Coimbra logo em 1976, acabei um projecto relacionado com a concepção de um Instituto

de Energia para Portugal, que me fora solicitado no tempo do governo de Mário Soares pelos ministros Walter Rosa, Sousa Gomes, e Nobre da Costa com a concordância de Sottomayor Cardia. Regressado ao meu país sou nomeado Presidente da Comissão Instaladora do INETI, organismo criado pelo Ministro Eng<sup>o</sup> Nobre da Costa. O LNETI que organizei após ter sido criado constituiu uma experiência inesquecível a nível nacional e internacional, o que criou suspeições e as invejas típicas no nosso país. O Plano Tecnológico de Desenvolvimento da Indústria Transformadora, uma parceria entre o LNETI, o MIT e o Banco Mundial foi um marco decisivo para a modernização da indústria e energia, incentivando a componente tecnológica. O número de doutores e técnicos de alta qualidade aumentou exponencialmente entre 1979 e 1992.

E somos chegados a 1983. Até essa altura nunca tinha sido filiado em qualquer partido político, quer na Acção Nacional Popular antes do 25 de Abril, quer após Abril de 1974.

A evolução política portuguesa havia criado no meu pensamento que a corrente social-democrata, próxima do trabalhismo inglês – que eu admirava pela obra de reconstrução e justiça social que proporcionou após a guerra em Inglaterra – se havia legitimado no Partido Socialista português, que abandonara o dogma do marxismo. Uma consequência, aliás, da morte do meu amigo Sá Carneiro, com quem tivera conversas nos EUA. O PS tomou a iniciativa de me convidar por carta da sua Direcção para ingressar nas suas fileiras e, após algumas hesitações, assim aconteceu, sob proposta de Mário Soares e de Almeida Santos.

Os dois anos e meio de governo como Ministro da Indústria e Energia, num ambiente de crise e de aliança PS-PSD foram, apesar de tudo, cheio de realizações. O Plano Tecnológico foi aprovado por Resolução do Conselho de Ministros. É a época do lançamento dos Centros Tecnológicos, da Rede de Extensão Industrial, dos Contratos de Desenvolvimento Industrial com Universidades, da revisão do Plano Energético Nacional, cuja primeira versão foi elaborada no Governo da Aliança Democrática e aprovada pelo Ministro Baião Horta. E também o início da reestruturação do sector empresarial do Estado no âmbito da Indústria e Energia, que ficou marcado pela publicação de um relatório coordenado por Aurora Murteira. Nesse relatório, divulgado em 1985, analisam-se não só as consequências das nacionalizações precipitadas, mas acima de tudo os investimentos irrecuperáveis que tiveram lugar após 1975, determinados por se não ter sabido avaliar as óbvias consequências do primeiro choque petrolífero. Foram perdidos, por irrecuperáveis economicamente, mais de 40 mil milhões de euros a preços de hoje.

Seria fastidioso enumerar aqui as múltiplas actividades em que participei com várias universidades públicas (por ex. Beira Interior, Aveiro, Algarve) e privadas (Internacional e Autónoma) e outras entidades, designadamente nas áreas da pós-graduação e do planeamento estratégico. Saliente, no entanto, a frutuosa experiência da presidência do Conselho de Avaliação das universidades públicas (o chamado 1<sup>o</sup> ciclo de avaliação) para a qual fui nomeado pelo Conselho de Reitores e pela Fundação das Universidades portuguesas. Infelizmente, o ministro do Ensino Superior e Ciência – maximizando alguns erros cometidos pelo posterior Conselho de Avaliação do Ensino Superior, derivados essencialmente de uma estrutura desadequada e paralisante de decisões oportunas – extingue-o em vez de o aperfeiçoar, dando origem a um hiato de vários anos que se arrastou até à criação de Agência de Avaliação e Acreditação. Um episódio insólito em que o Partido Socialista protagonizou um modelo e o seu contrário, satisfazendo “egos” de alguns políticos.

Durante este período presidi ainda ao Ano Europeu da Educação e Formação ao Longo da Vida, com a colaboração de uma excelente equipa de personalidades e de peritos dos vários ministérios, tendo sido publicado a “Carta Magna da Educação e Formação ao Longo da Vida” em Janeiro de 1998.

A minha agradável colaboração com a Associação Industrial Portuguesa intensificou-se a partir de 1992 como consultor da Presidência que Rocha de Matos protagonizou, incentivando estudos e programas de acção relacionados com a inovação e competitividade, e de que são exemplos a Carta Magna da Competitividade e as Cartas Regionais de Competitividade.



Na Assembleia da República, como Ministro da Indústria e Energia, 1984 (cortesia de J. Veiga Simão).

Pode a formação em física, mesmo apenas ao nível do ensino secundário, contribuir para a formação da mentalidade de quadros de um país? Como?

A Física, e igualmente a Química, são duas disciplinas fundamentais para a formação de quadros qualificados, designadamente para um elevado número de empresas inseridas na economia do conhecimento. Numa entrevista

que dei à Gazeta de Física em 2003 (Vol. 26, fascículos 2 e 3) afirmei que “Subalternizar a Física e a Química significaria que nos atrasaríamos mais de uma década”. Nessa altura, perante informações de professores que me relataram como o ensino destas disciplinas estava a ser minimizado, alertei para que elas eram essenciais para uma “maturação formativa na Ciência, na Tecnologia e na Inovação”. No meu entendimento, só por ignorância das perspectivas de evolução da sociedade do conhecimento é que se não procedia à intensificação do seu ensino e da componente experimental. Por outro lado, para além da instrumentação científica e tecnológica, a “qualidade” e a sua medida, incluindo a qualidade ambiental, emergiam como áreas transversais de inovação empresarial.

Acrescentei quase dez anos depois, ao fazer-se um balanço resultante da multiplicidade de políticas educativas incoerentes e por vezes antagónicas, que não se estava a privilegiar o saber pensar, o rigor científico e a qualidade do raciocínio, eliminando-se dos *curricula* bases culturais, científicas e tecnológicas essenciais para os bits que continuam a comandar as máquinas... Entretanto, maiores apostas na interdisciplinaridade (caminho com realizações interessantes ainda que sinuoso na procura de modelos teleológicos do saber), fizeram emergir a ligação das ciências físicas e químicas às ciências naturais, tendo sido significativos os progressos na Biofísica, na Bioquímica, na Biomedicina, na Biotecnologia... Permito-me recordar de novo o meu artigo na *Humanitas* recordando as palavras de Max Born: “Todos os que desejarem aprender a arte da profecia científica não devem confiar só na razão abstracta, mas decifrar a linguagem da Natureza através de documentos da natureza: os factos da experiência”. Estas palavras estão na vanguarda do desenvolvimento sustentado e sustentável na sociedade do conhecimento. É por aí que temos de caminhar.

**A física e os físicos portugueses têm dado inspiração ou contributo nacional nestes domínios? Que se poderá fazer para intensificar essa contribuição?**

A Física é, como referi, um pilar estratégico de um novo modelo de desenvolvimento para o nosso país, consciente de que o modelo actual está não só esgotado como agravará “o estado de falência” para onde políticos sem cuidar da formação científica arrastaram o nosso país. E o perigo é o de que nestas condições a modernidade pode vir a integrar a mediocridade, e o empreendedorismo a potenciar a ignorância empreendedora, em regra ávida de lucros ilegítimos.

O culto dos princípios básicos da Física, e aí associa-se a Matemática, a Química, a Biologia, a Geologia e outras ciências naturais, permitem aos decisores políticos, económicos e sociais, equilibrar a ânsia do curto prazo com o médio e longo prazo e a obediência a valores. Mais uma vez aqui a Física se aproxima da Filosofia e impulsiona as “boas práticas”, “o culto da inovação, o “valor da cooperação” entre actores e a *produtividade*, instrumentos de competitividade de Portugal entre as Nações.

Em Março de 1993, a minha filha Cristiana infelizmente já falecida, sabendo das minhas preocupações, ofereceu-me o livro do Italo Calvino “Seis propostas para o próximo



Como ministro da Defesa Nacional, na Bósnia-Herzegovina (1997) e no Pentágono, EUA (1998) (cortesia de J. Veiga Simão).



milénio”. Nele, e em síntese, a Física e a Filosofia abraçam-se em torno de visões de futuro de que devem impregnar os programas e as acções do presente. Vejamos como tais valores se ligam e cultivam na Física: a **leveza**, que dá asas ao pensamento; a **rapidez** que integra a agilidade de raciocínio e a economia dos argumentos; a **exactidão**, que exige uma cultura científica e filosófica, que a Escola nunca deve abandonar; a **visibilidade**, para a qual concorre a observação científica do mundo real e a verbalização correcta do pensamento; a **multiplicidade**, que nos revela a vida de cada um de nós ser uma enciclopédia, um inventário de factos, um catálogo de estilo; e a **consistência**, que é vital para na assunção da humildade de erros e no orgulho dos sucessos, sem branqueamento dos factos.

Estes são os valores que a Física pode transmitir na Escola e oferecer à Sociedade.

**Que pensa sobre o crescimento do número de físicos, a diferenciação das licenciaturas, mestrados e doutoramentos em física e engenharia física, em Portugal, e do papel desta realidade no desenvolvimento do país?**

É urgente analisar a miríade de cursos que emergiram de forma voluntarista nas inúmeras instituições de ensino superior, as quais adoptaram padrões

mínimos de “igualdade” e não de “diversidade”. Por outro lado, nem sempre os projectos de criação de conhecimento atingem dimensões críticas mínimas e cultivam a qualidade atraindo equipas de professores, investigadores e técnicos, assentes em infra-estruturas físicas e técnicas de vanguarda. Ao mesmo tempo, para além do culto da ciência pela ciência impõe-se a dinamização de práticas que associem a criação à transformação do conhecimento, orientada para a produção de bens económicos e culturais. Na era do conhecimento emerge a chamada *Hélice Tripla*, que põe em evidência a cooperação institucional não através de círculos fechados de competência, mas de espaços de interacção e cooperação que permitem, adoptando os princípios básicos da relatividade, introduzir o factor tempo determinante do sucesso na sociedade do conhecimento. Quem não faz as coisas a tempo está perdido.

Uma análise do que existe com a perspectiva de diminuir o hiato entre a criação e a utilização do conhecimento seria benéfica para todos e conduziria a decisões adequadas a um desenvolvimento mais harmónico do nosso país. Devo dizer que numa análise a que uma equipa de cientistas e economistas da Associação Industrial Portuguesa está a proceder concluímos que é já muito significativa a interacção Universidade-Indústria com potencialidades para equilibrar a economia dual actualmente existente. É essencial que os centros de investigação universitários e os *spin-offs* empresariais se integrem na perspectiva de atingirem dimensões significativas a nível internacional. O exemplo do *Mittelstand* alemão devidamente adaptado à realidade portuguesa devia ser estudado como base de acção. A miríade de mestrados e doutoramentos devia ser analisada com este pano de fundo.

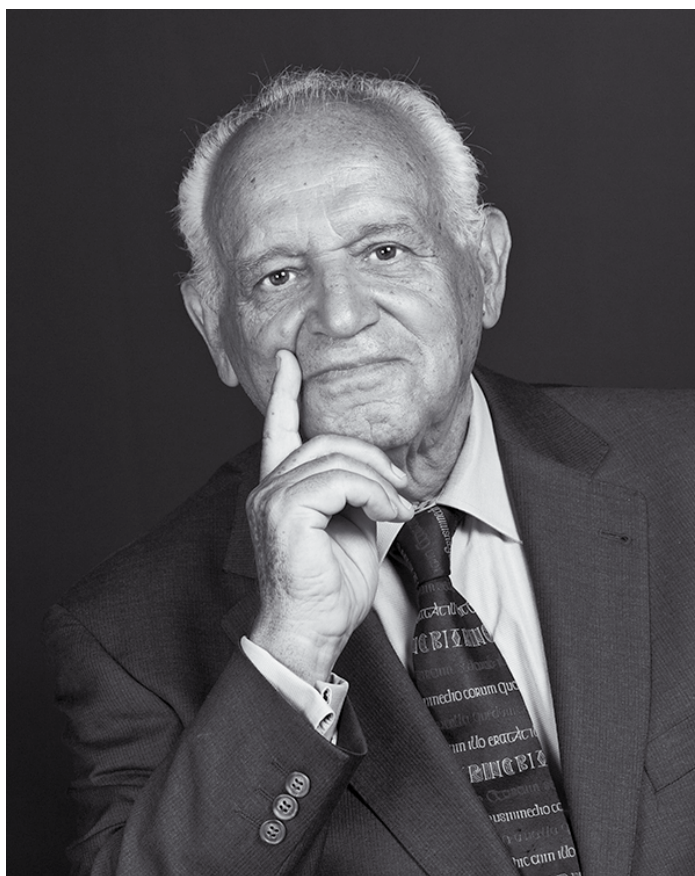
É pois necessário que o aumento significativo de licenciados, mestres e doutores, nos quais se incluem os físicos e engenheiros, numa proporção derivada do grau de desenvolvimento da “indústria” – entendida em termos anglo-saxónicos – seja articulado com empresários inovadores, que compreendam o valor do risco, e com um “Estado inteligente”, que adopte políticas públicas com visão estratégica.

**Se fosse possível voltar atrás, acha que faria de novo um doutoramento em física?**

É com satisfação incontida que sinto que os grandes problemas inerentes ao meu doutoramento em Física permanecem na sociedade de hoje. Aliás, mantêm-se os desafios que citei numa intervenção nos anos 80 na Academia de Ciências, em particular, os que pretendem desvendar a origem da vida, a criação do universo, o armazenamento da energia e a busca da felicidade. O meu doutoramento, as conclusões que retirei dos meus estudos e as

meditações sobre estes domínios do conhecimento, os novos métodos e processos de ensino e de aprendizagem fazem-me sentir, em termos gerais, que o *objecto* e o *sujeito* continuam a estar um para outro em *estado de novação*.

Sendo assim, posso dizer que o meu percurso pela Física, apesar da minha plena aceitação, foi obra do acaso; e afirmar que, sabendo o que sei hoje, não só me doutorava em Física como me teria preocupado mais, nas posições políticas que ocupei, em que os partidos fossem *escolas de ciências políticas*, impregnadas de ciências físicas e filosóficas.... Por essa via, mais tarde ou mais cedo o culto da inteligência e do serviço público impor-se-ia ao culto do emprego a todo o custo... *Os quanta devem cintilar na vida humana*.



*Os autores, em nome da Gazeta de Física e da Sociedade Portuguesa de Física, agradecem a amabilidade e o empenho que José Veiga Simão dedicou a esta entrevista.*